



**CAMPANHA DOS
25 ANOS DO ECA**

ANÁLISE DE MÍDIA

ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA

A cobertura sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes, analisou 641 matérias de 38 veículos de imprensa do estado de São Paulo entre janeiro e julho de 2015 e foi fortemente influenciada pelo debate em torno da redução da maioridade penal. Os aspectos relacionados ao marco institucional jurídico legal se configuraram como o tema principal mais recorrente nas notícias avaliadas (59,8%). Nessa categoria estão incluídas as matérias que trabalham aspectos referentes à legislação e sua aplicação. Nesse conjunto se insere a Proposta de Emenda Constitucional 171/1993 que sugere a alteração do artigo 228 da Constituição Federal, a fim de permitir a imputabilidade penal dos maiores de 16 anos. Além do enfoque no marco institucional legal, os veículos monitorados também deram destaque a questões relacionadas à violência (11,2%) e às medidas socioeducativas (7,5%), o que reforça a abordagem associada à inserção de crianças e adolescentes no universo da criminalidade. O aniversário do ECA e outros aspectos gerais relacionados ao Estatuto foram tema principal de um número reduzido de matérias, apenas 5,9%.

NOTÍCIAS



A qual dos seguintes assuntos a notícia está majoritariamente associada?

A concentração do debate em torno da maioridade penal fez com que aspectos importantes não fossem abordados como tema principal, é o caso das matérias sobre esporte, lazer e brincadeira. O direito ao brincar foi mencionado em apenas 1% dos casos. Outra ausência foram as questões de saúde, tema principal de apenas 0,8% das matérias. Vale ressaltar que estas e outras temáticas foram identificadas como temas de apoio (lazer, esporte e brincadeira — 1,7% e saúde — 4,8%). As poucas matérias sobre saúde se reportavam à mortalidade infantil (36,1%), seguida pela saúde materna (25%) e pela medicalização (25%).

59,8% Marco institucional jurídico legal

11,2% Violência/segurança pública

7,5% Medidas Socioeducativas/ Privação de liberdade

5,9% Estatuto da Criança e do Adolescente em geral

3,3% Educação

2,7% Política e democracia

2,0% Comportamento

1,7% Convivência familiar (Direitos de Família)

1,2% Drogas

1,1% Mídia

0,9% Trabalho infantil

0,8% Saúde

0,3% Abandono, abrigos e situação de rua

0,3% Cultura

0,3% Trabalho legal do adolescente

0,2% Acidentes

0,2% Pobreza e exclusão social

0,0% Ciência e tecnologia

0,0% Consumo

0,0% Convivência intergeracional/ interações humanas

0,0% Deficiências

0,0% Desaparecidos

0,0% Economia

0,0% Esportes, lazer e brincadeira

0,0% Exercício da sexualidade

0,0% Habitação/direito à moradia

0,0% Igualdade/Desigualdade de cor ou etnia

0,0% Igualdade/Desigualdade de gênero

0,0% Inclusão digital

0,0% Meio Ambiente

0,0% Migração e deslocamento

0,0% Movimentos sociais (MST e outros)

0,0% Questões

demográficas/populacionais

0,0% Refugiados

0,0% Religião/diversidade religiosa

0,0% Trabalho escravo

0,6% Outro

QUAIS OS TIPOS DE VIOLÊNCIA MENCIONADOS?



- Válido apenas para as matérias que mencionaram violência/segurança pública como tema principal ou de apoio
- Marcação múltipla

Nas matérias sobre violência, as ocorrências envolvendo o enfrentamento físico se destacaram em relação às demais (50,9%). Outras modalidades recorrentes foram: roubo/assalto, tráfico de drogas, abuso sexual/estupro. No geral, as crianças e adolescentes foram apresentados como agentes da violência (88,3%). Nos poucos casos em que eles foram descritos como vítimas, os dados revelaram uma proporção maior de crianças e adolescentes negros do que de outras cores, raças ou etnias.

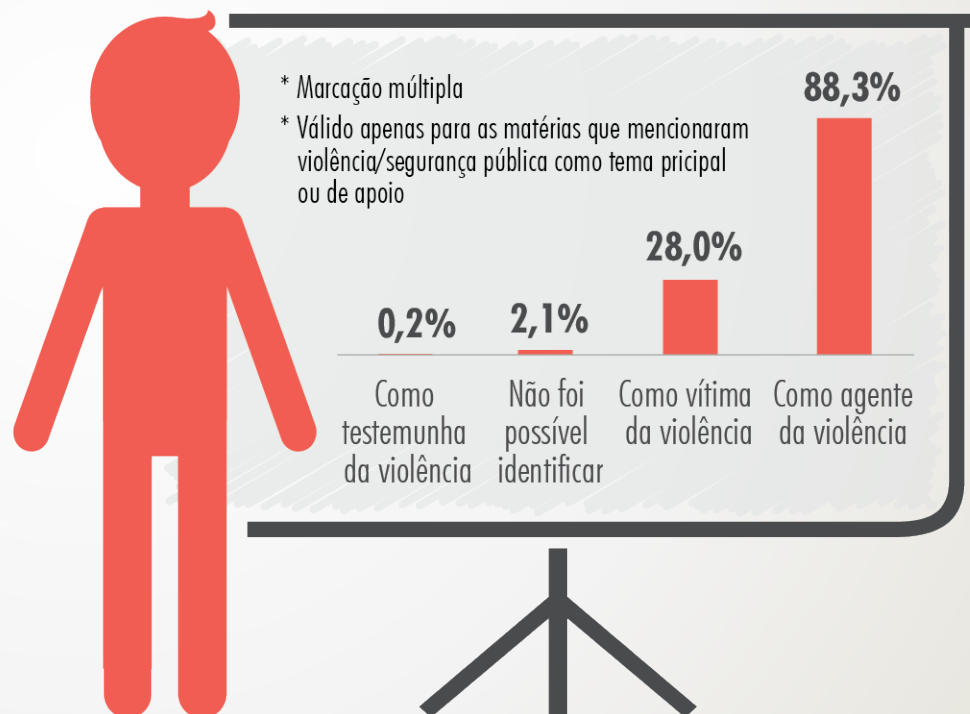
QUAIS OS TIPOS DE VIOLÊNCIA MENCIONADOS?



QUAL A COR/RAÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA MENCIONADAS NA MATÉRIA?

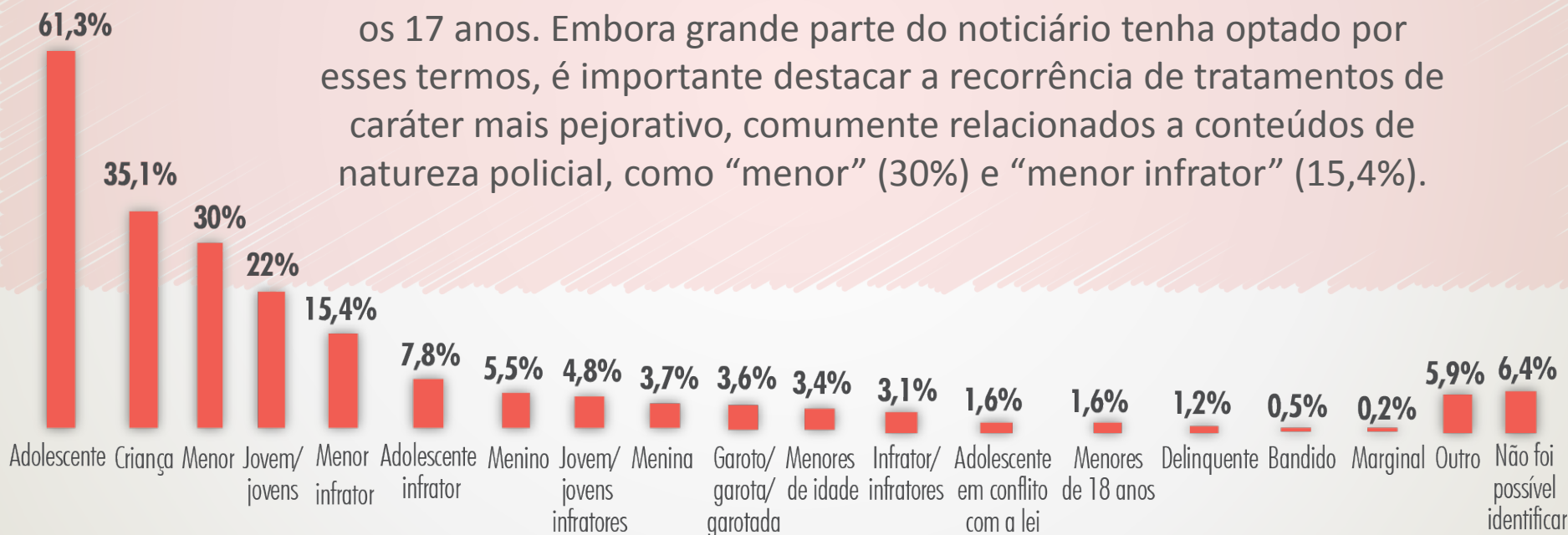


COMO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE É APRESENTADO NA MATÉRIA?



COMO A CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE É TRATADO NA MATÉRIA?

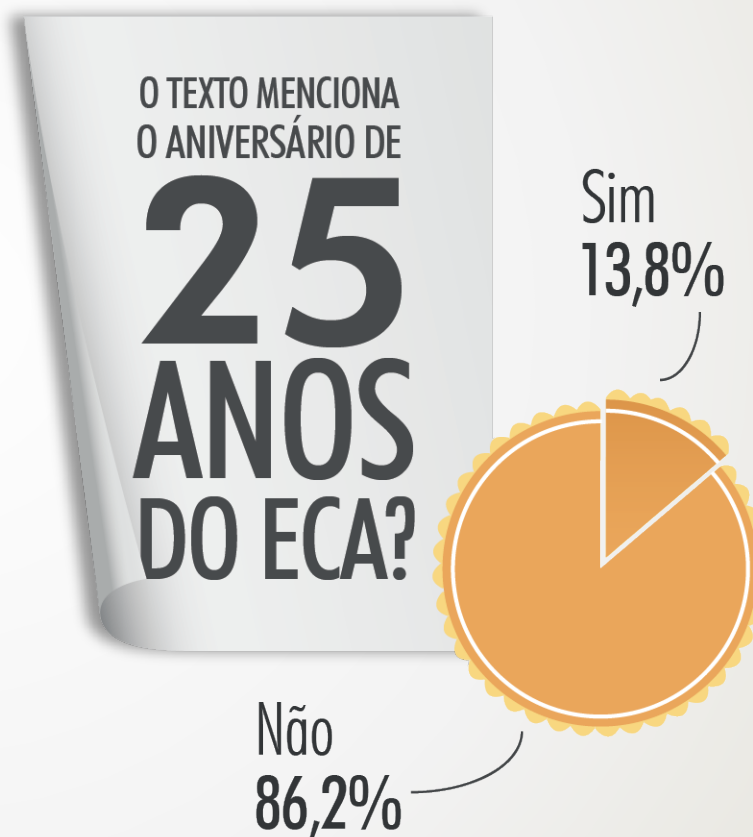
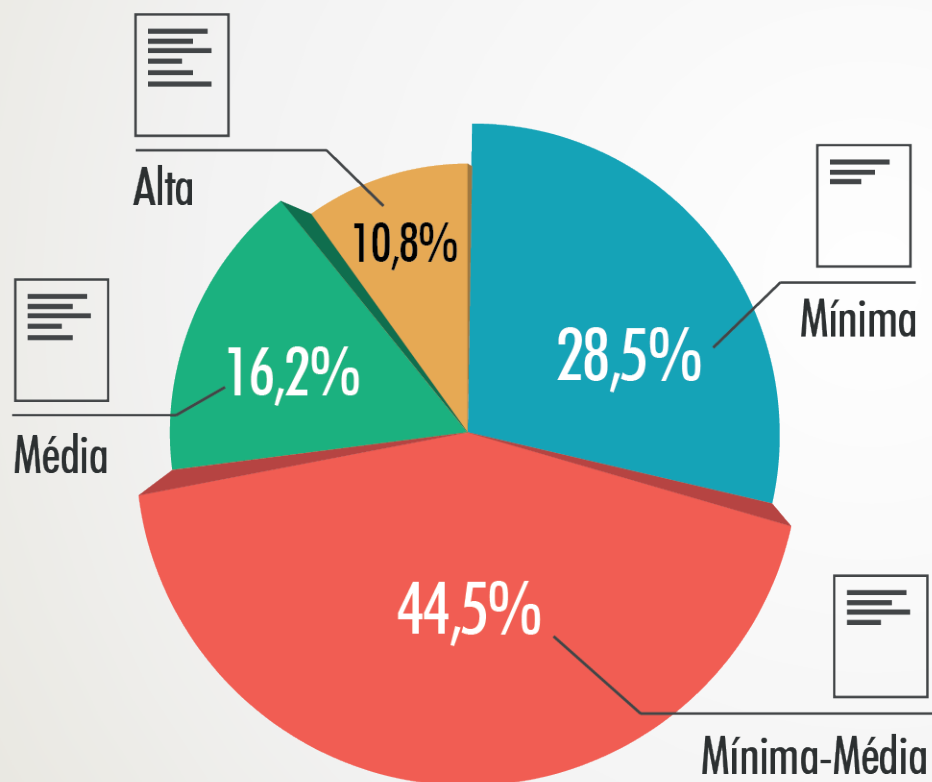
Os termos “adolescentes” (61%) e “crianças” (35%) foram os mais utilizados para se reportar a esses grupos etários, que se estende até os 17 anos. Embora grande parte do noticiário tenha optado por esses termos, é importante destacar a recorrência de tratamentos de caráter mais pejorativo, comumente relacionados a conteúdos de natureza policial, como “menor” (30%) e “menor infrator” (15,4%).



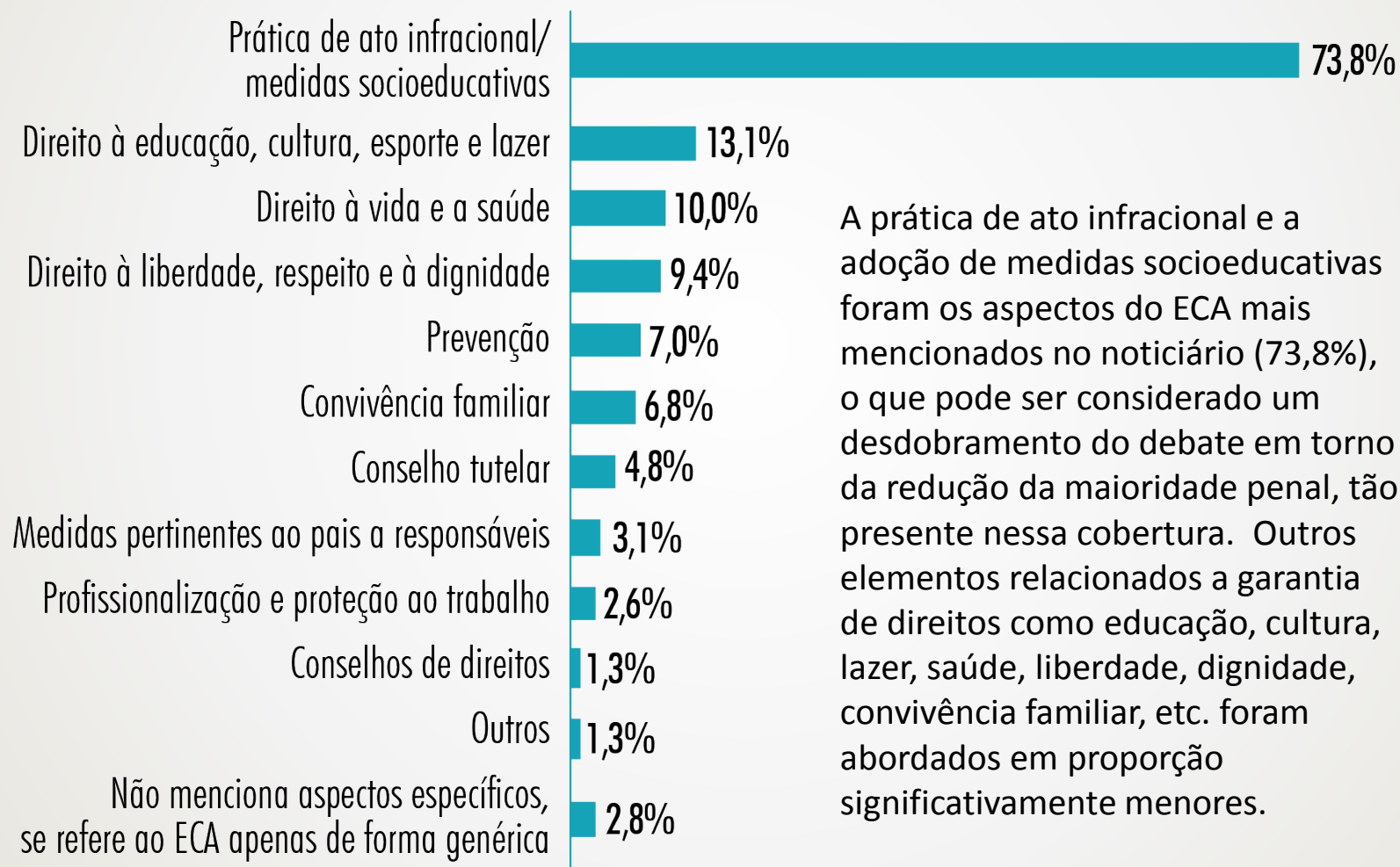
ECA E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi abordado em todas as matérias analisadas, mas em 28,5% delas essa abordagem foi apenas lateral, ocupando uma ou duas linhas do texto analisado. Nos 71,5% restante, a dimensão da cobertura sobre o ECA se dividiu entre mínima-média, média e alta. O aniversário de 25 anos do Estatuto, comemorado em julho de 2015, foi lembrado em apenas 13,8% das notícias.

ECA E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS



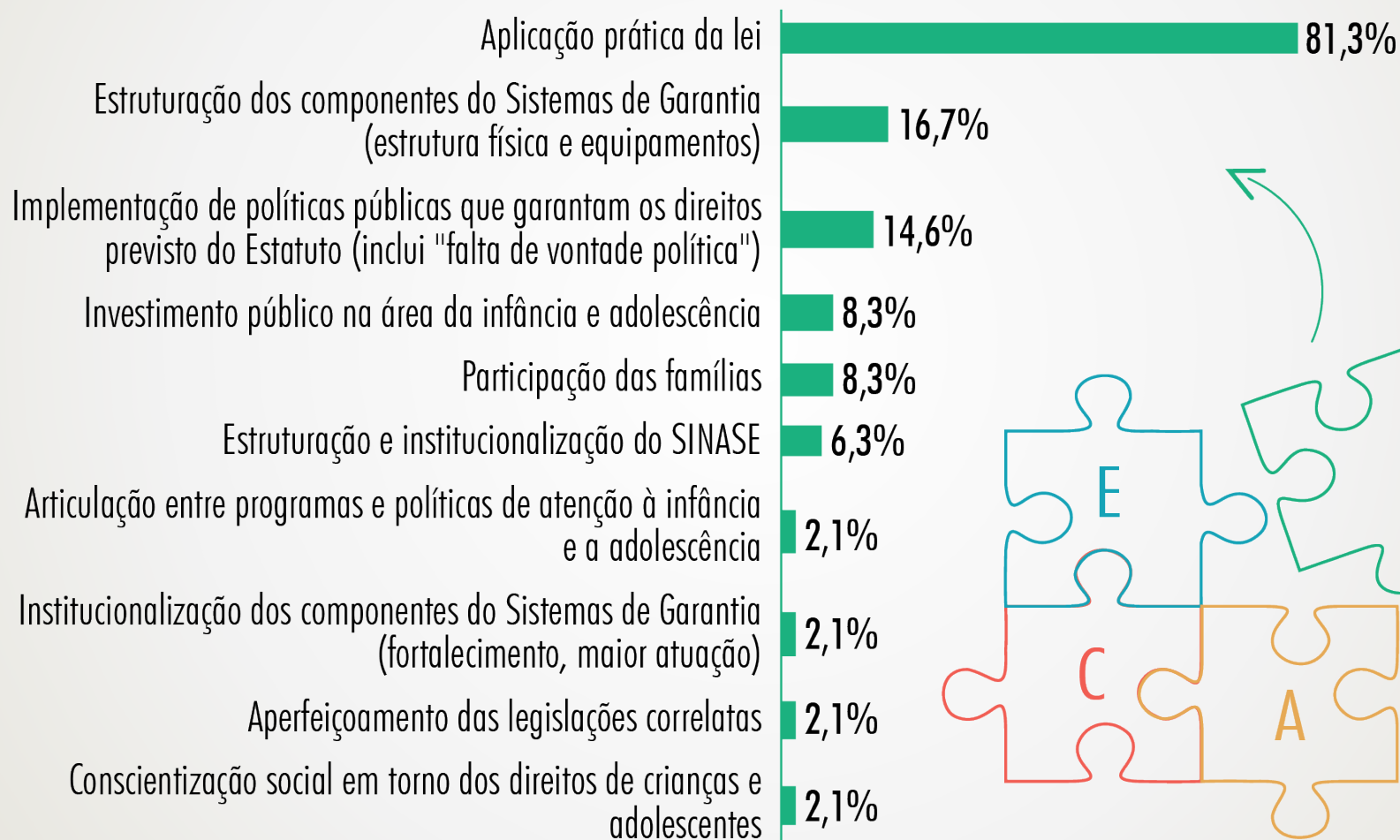
QUAIS ASPECTOS ESPECÍFICOS DO ECA SÃO MENCIONADOS NA MATÉRIA?



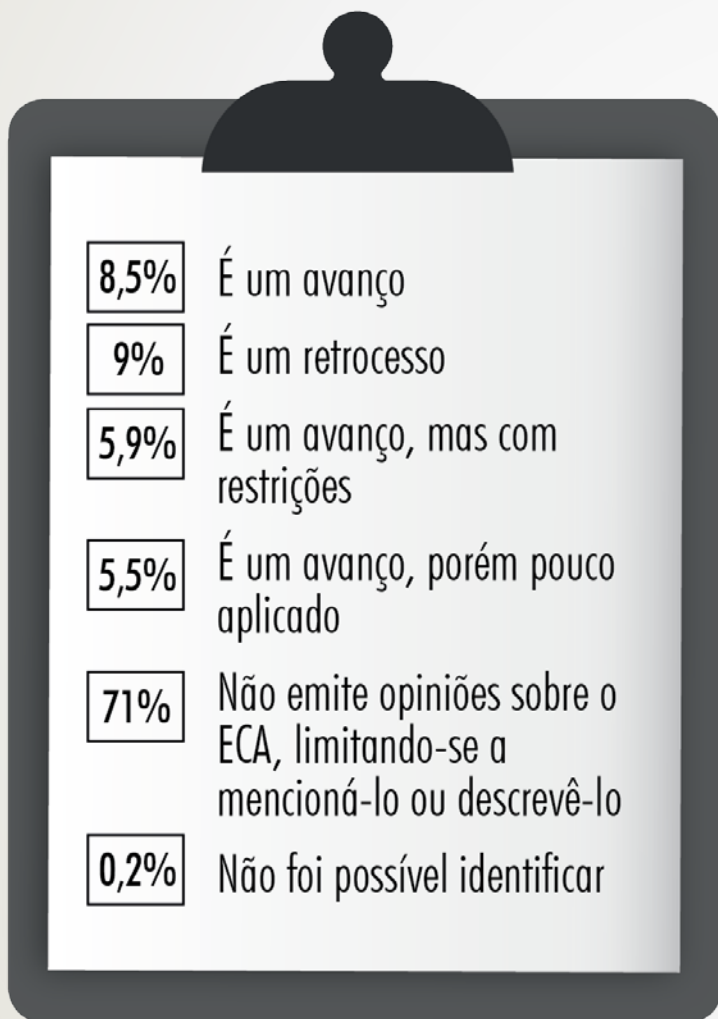
QUAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO ECA SÃO MENCIONADOS?

Os desafios impostos para implementação do Estatuto, que envolve um arranjo institucional complexo e abrangente para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, foi outro aspecto negligenciado pela maior parte da cobertura. Apenas 10,5% das notícias trouxeram esse debate à tona. Considerando apenas esse universo de notícias, a aplicação prática da lei foi apresentada como o principal gargalo para a implementação da lei (81%), o que demonstra uma avaliação bastante generalista. Questões mais específicas como a estrutura física dos componentes dos sistemas de garantias, implementação de políticas públicas, investimento público, participação das famílias, entre outros, também foram lembrados, embora tenham permanecido em patamares bem mais baixos.

QUAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO ECA SÃO MENCIONADOS?



QUAL A AVALIAÇÃO GERAL DO TEXTO SOBRE O ESTATUTO?



A análise dos dados revela uma cobertura descritiva sobre o ECA. De modo geral, o noticiário limita-se a mencioná-lo ou a discorrer sobre alguns de seus dispositivos, sem tecer avaliações explícitas sobre o seu conteúdo. Essa foi a tendência verificada em 71% dos textos. Os outros 29% dispensaram algum tipo de avaliação, sendo que em 9% dos casos o ECA foi considerado um retrocesso e em 8,5% um avanço. Em 11,4% ele foi avaliado como um avanço com restrições ou pouco aplicado.

Também merecem destaque nessa análise o fato de que:

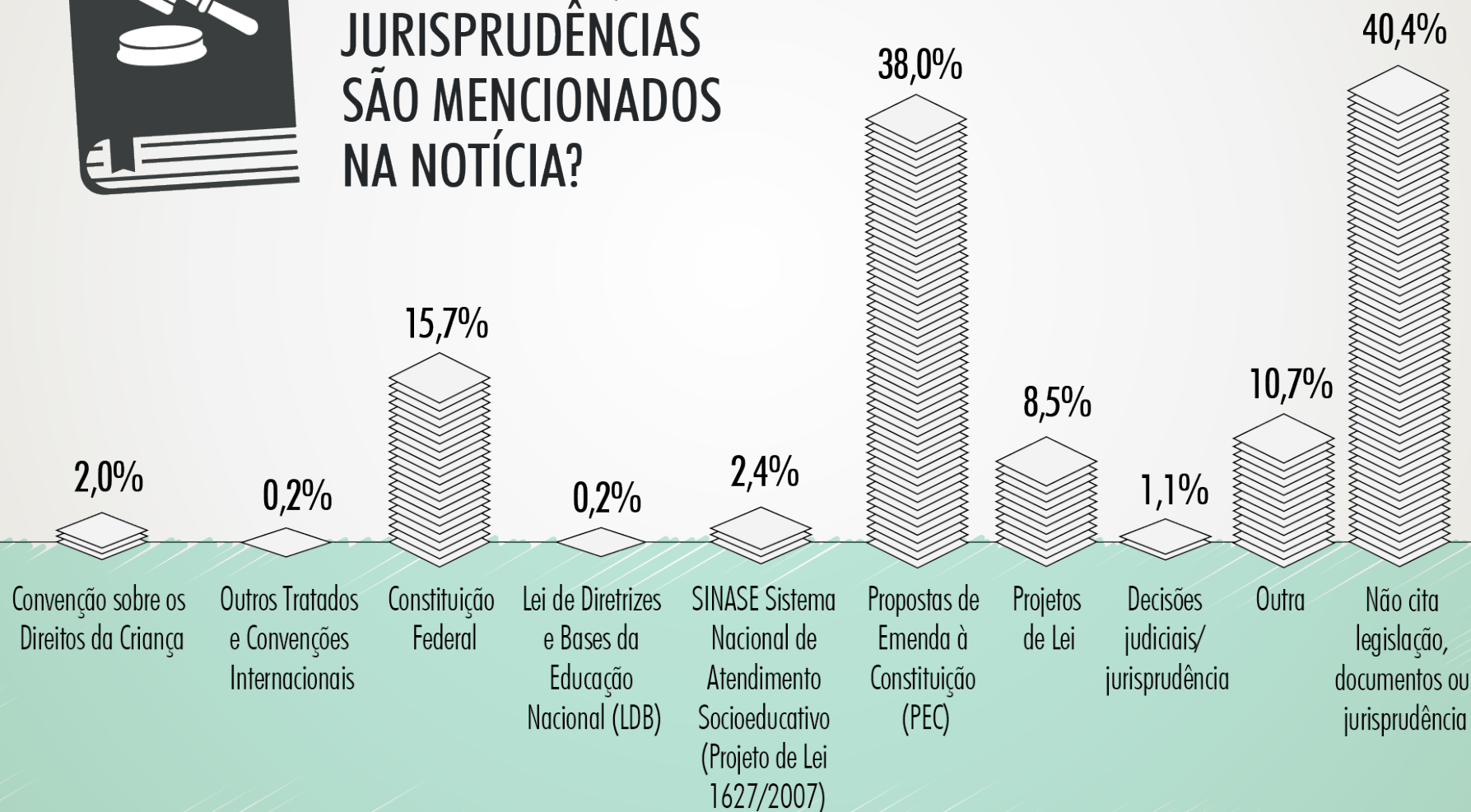
- Apenas 2,6% do noticiário menciona acolhimento institucional; e
- Nenhuma notícia mencionou a participação de crianças e adolescentes em conselhos de direitos.

ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Além da menção ao ECA parte significativa dos textos (59,6%) retratou outros dispositivos legais. As Propostas de Emenda à Constituição foram parte importante do noticiário (presente em 38% dos textos), particularmente a PEC 171/1993, já referida acima. Além dela, a própria Constituição Federal também esteve em destaque (15,7%). Esse cenário reforça a construção de uma cobertura voltada para o debate em torno da possibilidade de alteração da Carta Magna no que diz respeito a imputabilidade penal dos menores de 18 anos.

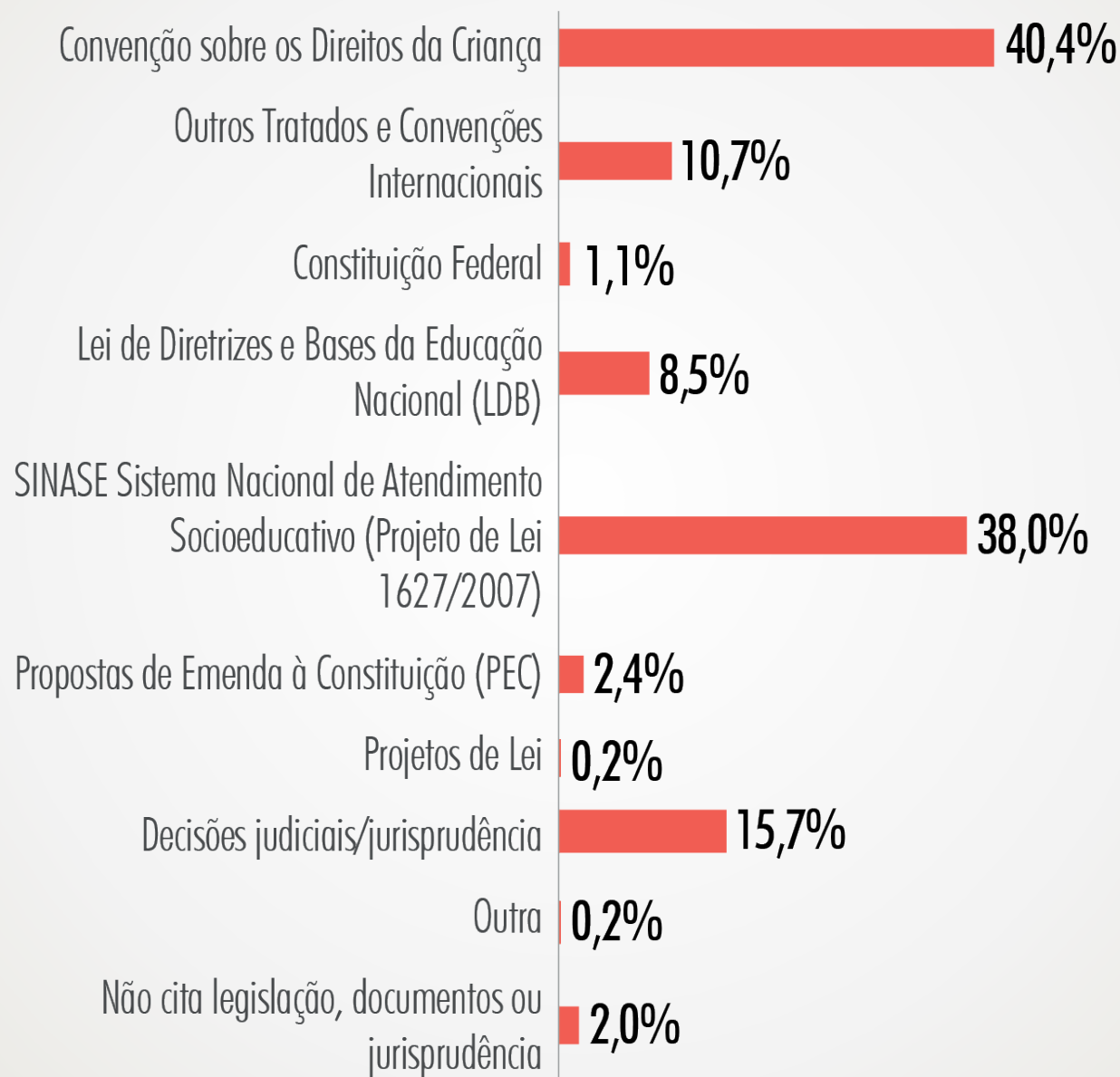


QUAIS LEGISLAÇÕES, DOCUMENTOS, JURISPRUDÊNCIAS SÃO MENCIONADOS NA NOTÍCIA?



A MATÉRIA MENCIONA INDICADORES/ESTATÍSTICAS EM ALGUMA DAS ÁREAS ABAIXO?

A menção a indicadores estatísticos atingiu um patamar menor do que a referência à legislação, mas ainda assim se manteve em um nível considerado positivo para esse tipo de cobertura. Ao todo, 25,8% das narrativas foram contextualizadas com dados estatísticos que revelavam avanços ou retrocessos em áreas importantes para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Mais uma vez, as medidas socioeducativas e as violências cometidas por crianças estiveram em evidência (15,3% e 7,4%), seguidas pelas mortes violentas de crianças e adolescentes (4,8%). Apesar dos avanços em áreas como mortalidade infantil e acesso à educação alcançados nas últimas décadas, poucas foram as matérias que se empenharam em apresentar dados concretos sobre essa e outras realidades envolvendo o público infanto-juvenil.



QUAIS AS FONTES MENCIONADAS?

Os atores consultados para a construção do texto jornalísticos foram explicitados em 86,9% dos textos, sendo que em pouco mais da metade deles apenas uma fonte foi ouvida (55,3%). As fontes vinculadas ao Legislativo Federal foram as mais consultadas (21,8%), seguidas pelo Executivo Federal (19,9%) e pelo Poder Judiciário (13,8%). Os dados revelam um amplo lugar de fala concedido ao Poder Público, ao passo que outras representações sociais, como as organizações da Sociedade Civil, por exemplo, alcançaram um espaço mais limitado (4,8%).

Sobre os aspectos jornalístico pode se dizer que:

- As reportagens foram o tipo de texto mais recorrente (82,8%);
- 17,2% das notícias tinha caráter opinativo, sendo que 7% deles eram artigos;
- A maior parte (67%) das matérias analisadas tinha abrangência contextual.



Criança **0,7%**
 Adolescente **2,2%**
 Familiares **2,8%**
 Polícia **3,7%**
 Legislativo estadual **0,4%**
 Legislativo municipal **0,4%**
 Ministério Público **7,0%**

Defensoria Pública **1,3%**
 Conselhos de direitos **4,1%**
 Conselhos de políticas públicas **0,2%**
 Conselho Tutelar **2,4%**
 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo **0,2%**
 Setor privado **1,3%**
 Hospitais / serviços de saúde **0,2%**

Profissionais da escola **0,4%**
 Igreja / Entidades religiosas **2,2%**
 Mídia **0,4%**
 Cidadãos comuns **3,3%**
 Universidades **1,3%**
 Institutos privados de pesquisa **0,2%**
 Outro **3,7%**
 Não é possível identificar **0,4%**